

TABULEIRO DE LETRAS

Michel Pêcheux e a crítica aos recalques da história e da língua

Michel Pêcheux and the criticism of the repressions of history and language

Rodrigo Oliveira Fonseca¹

RESUMO: O presente artigo se propõe a percorrer algumas obras de Michel Pêcheux em busca das críticas que o autor apresentou ao problema da circularidade na interpretação dos textos, que, dito de outra forma, é o problema de se “encontrar” na leitura aquilo que se procura. Problema clássico da sobre-interpretação estruturalista, como também do relativismo. O dispositivo teórico de Análise de Discurso proposto por Michel Pêcheux não “puxa o analista pelos cabelos”, livrando-o da história, da exterioridade e dos pragmatismos de mundos semanticamente normais. Pelo contrário, tal dispositivo sublinha e torna pertinente a opção por não se recalcar a memória e seus preenchimentos/capturas que incidem na forma de interdiscurso – entendido enquanto “*corpus* sócio-histórico de traços discursivos” (PÊCHEUX, 2011 [1982]) –, o que nos conduz para a ordem equívoca da língua, *locus* privilegiado no qual se dão, de modo opaco e diverso, as reinscrições de memória.

Palavras-chave: Michel Pêcheux; Interpretação; Circularidade; Ciência.

ABSTRACT: This article aims to analyze some works of Michel Pêcheux in search for the criticism that the author presented to the problem of circularity in the interpretation of texts, which, in other words, is the problem of "finding" in reading what is sought. This is a classic problem of over-structuralist interpretation, as well as of relativism. The theoretical device of Discourse Analysis proposed by Pêcheux does not "pull the analyst by his hair," freeing him from history, externality and pragmatisms of semantically normal worlds. On the contrary, it underlines and gives relevance to the option of not repressing memory and its fulfillments/captures that appear in the form of interdiscourse - understood as "*corpus* socio-historical discourse features " (PÊCHEUX 2011 [1982]) - which leads us to the equivocal order of language, privileged *locus* where, opaquely and in a varied way, the re-inscription of memory occurs.

Keywords: Michel Pêcheux; Interpretation; Circularity; Science.

INTRODUÇÃO

[...] se recusar a pensar sobre o fim como causa originária (no reflexo especular da origem e do fim) é de fato pensar como materialista.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB. Foi Pesquisador Associado do PPGEL-UNEB, bolsista de Desenvolvimento Científico Regional da Fapesb/CNPq, em estágio pós-doutoral sob a orientação do professor João Antonio de Santana Neto (UNEB).
E-mail: rodrigoflin@gmail.com

Louis Althusser, *O futuro dura muito tempo*.

Desde o início pesa sobre “o espírito” a maldição de estar “contaminado” pela matéria, que se apresenta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, de linguagem.

Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*

Um dos grandes desafios da Análise de Discurso, em sua vertente materialista, filiada aos trabalhos de Michel Pêcheux, é enfrentar o problema da circularidade ou reduplicação das interpretações, que atravessa o cotidiano das massas e dos especialistas (em leituras “espontâneas” ou “cultas”), como também os processos de conhecimento e, fundamentalmente, a prática política. Pela Análise de Discurso (doravante AD), interpretar é posicionar-se, tomar posição frente ao real das práticas e dos objetos, de modo que uma interpretação circular, mecânica, viciada, implica em **ser posicionado** sem margens para deslocamentos, sem outros sentidos, e mesmo sem real, numa relação imaginariamente sem falhas e vazios. Por meio da AD, mais fortemente instalada no campo dos estudos linguísticos, podemos trabalhar a densidade e efetividade do que Marx e Engels (1993 [1846], p. 72) disseram quanto às ideias da classe dominante serem, em cada época, as ideias dominantes. Mas deve-se acrescentar que, a despeito de se partilhar ou recusar tais e tais ideias disseminadas por ideólogos ou formadores de opinião, de se colocar à esquerda ou à direita do espectro político, não podemos não estar sujeitos à matéria, ou “não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade” (ORLANDI, 1999, p. 9), cabendo tomar os discursos como as formas materiais concretas pelas quais as “ideias” entram em luta na história (PÊCHEUX, 1980 [1977], p. 1).

Importante trazer, de partida, a diferenciação que Eni Orlandi (1999; 2001) estabelece entre **interpretar** e **compreender**. A finalidade do analista de discurso não seria exatamente a de interpretar ou reinterpretar, e sim a de compreender como um texto funciona, ou seja, explicitar como um texto produz sentidos, interrogando as suas interpretações e mostrando os mecanismos que presidem a textualização da discursividade, os traços de um processo discursivo deixado na materialidade da língua.

O modo como a AD lida com essa ambição científica pode ser apresentado sob diferentes formulações: pela interrogação de dados e formas de raciocínio em torno da materialidade equívoca da língua e da materialidade contraditória da história; explorando a opacidade da linguagem em uso, para perceber os direcionamentos de sentido em sua

determinação histórica; investigando as condições verbais de existência dos objetos e a determinação histórica dos processos semânticos. Podemos dizer, de forma mais simples, que a Análise de Discurso propõe desconstruir evidências em sua base linguística, agregando a isso que as evidências em torno dos sentidos e dos sujeitos são considerados “o efeito ideológico elementar” (ALTHUSSER, 2008 [1970], p. 211).

Para que essa tarefa seja realizada é preciso construir um observatório discursivo, produzir um deslocamento, numa abordagem analítica qualitativamente distinta da relação do sujeito pragmático com a leitura e os sentidos. Para Eni Orlandi (2001, p. 26), trata-se de conceber diferentes “dispositivos”, o ideológico e o teórico:

[...] o sujeito funciona no ordinário do dizer sob o efeito do apagamento da alteridade (exterioridade, historicidade), com a ilusão do sentido já-lá, de sua evidência. A posição construída pelo analista visa não refletir essa ilusão mas ao contrário trabalhá-la, levar em conta a questão da alteridade, tornando visível o modo como a ideologia opera.

Mas este propósito assumido, no entanto, não está “a salvo” nem é alheio ao mesmo problema da circularidade/reduplicação das interpretações, no nível das próprias análises discursivas em suas expectativas e procedimentos. O dispositivo teórico da AD não “puxa o analista pelos cabelos”, livrando-o da história, da exterioridade e dos pragmatismos de mundos semanticamente normais, coordenados por disjuntivas, técnicas e **coisas-a-saber** sem as quais não haveria gestão dos processos sociais. Michel Pêcheux (2008 [1983], pp. 43-47) circunscreveu como **sobre-interpretação estruturalista** o resultado das novas práticas de leitura² que, com ares de discurso sem sujeito, negavam a sua própria interpretação, pelo fechamento em uma determinada lógica conceitual, cega para o “perigo do artefato”, na expressão de Guilhaumou e Maldidier (1984, p. 98) dirigida ao próprio empreendimento teórico e analítico da AD. E para os perigos do relativismo, acrescento.

Defendendo a posição de que as circularidades devem representar a maior das preocupações para os analistas do discurso – que nas suas práticas também se constituem

² Dentre essas novas práticas de leitura, desenvolvidas particularmente na França dos anos 1960, Pêcheux cita diretamente nesta conferência a leitura **sintomal** e a **arqueológica** – logo, Louis Althusser e Michel Foucault. Quanto a Foucault, consideramos pertinente a crítica feita por Gayatri Spivak ([1985] 2010: 76), de que o apelo do francês à cena dos “oprimidos” é feito de forma a esfumaçar o seu local próprio de produção teórica (a qual Sujeito ou **nós** corresponde sua intervenção?) e esfumaça o sujeito concreto da opressão, numa versão autocontida do Ocidente, que ignora a exploração e o imperialismo. Quanto a Althusser, as melhores críticas nos parecem aquelas conduzidas por seus “discípulos” (Rancière, Balibar, Badiou, Pêcheux) e pelo próprio Althusser, sob o signo da crítica ao teorismo.

enquanto sujeitos, e por isso jamais estão suficientemente livres das evidências e dos jogos de espelho que conduzem ao reencontro das hipóteses de partida de uma análise –, o propósito do presente artigo é demonstrar duas críticas de Michel Pêcheux ao trabalho das ciências, seu recalque da história e da língua, que desemboca de modo incontornável no problema das circularidades.

AS CIÊNCIAS E O RECALQUE SÓCIO-HISTÓRICO

Pertinente à sua inserção no campo althusseriano, Michel Pêcheux sempre tomou as ciências como tema e espaço de intervenção teórica e política – o que implicava, no seu caso, uma intervenção materialista e proletária/revolucionária. Ao preencher assim as determinações dessa dupla intervenção ambicionada, já se antecipa que nesse campo teórico e analítico a cientificidade não é pensável como índice de libertação das filosofias e dos interesses de classes, pairando acima ou aquém de ambos. Não estão aquém porque as ciências não são **instrumentalidades técnicas** (objetos inteiramente à disposição dos usos sociais os mais diversificados) e não estão além por não serem **senhores do tempo** (fundadores, ainda que “em última instância”, das civilizações).

Em sua primeira publicação, sob o pseudônimo de Thomas Herbert³ (2011 [1966]), Pêcheux analisou os limites das críticas interna e externa de uma ciência em relação ao seu “horizonte teleológico”, sua “jurisdição”, as relações de fronteiras nas quais toda ciência se apoia e se reproduz. No caso das críticas internas, sublinhou a incapacidade das ciências (sentida como impertinência) em questionar-se acerca do lugar de suas práticas no todo social. Filósofo de formação, Pêcheux sintetizou as duas táticas usuais da filosofia contra as ciências, no exercício da crítica externa a elas: tratá-las como escolásticas inúteis (“tu não poderás”), constituídas por métodos absurdos e objetos inalcançáveis, e como técnicas irresponsáveis (“já que tu podes, tu não deves”), produtoras de catástrofes se forem deixadas livres de controle. Pêcheux mostra que, longe de representar um Estado neutro soberano, capaz de regular de um lugar mais alto sobre as fronteiras das ciências, a filosofia participa da divisão social do trabalho intelectual com interesses e implicações, sendo justamente a subjetividade

3 Sobre o uso de pseudônimo por Michel Pêcheux neste e em outro texto dos anos 1960, indico a leitura de *Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969)*, escrito por Paul Henry.

filosófica o lugar onde se esquece/recalca a demanda social, intervindo sob esse modo nas ideologias práticas – as subjetividades/ideologias jurídica, moral, religiosa e artística.

O que isto quer dizer senão que essas práticas, em seus diversos níveis, **só podem funcionar se produzirem a resposta à sua própria demanda** [...], as quais, conseqüentemente, estão por natureza no estado livre que caracteriza a ideologia, situam-se a nenhuma distância da prática política que elas alimentam e que não se sustentaria sem elas? (HERBERT, 2011 [1966], p. 36, grifos do original).

Aderindo sem distanciamento às práticas políticas, mas de modo enviesado, opaco, e buscando sobrepor-se às práticas teóricas (aos conhecimentos científicos), produzindo as respostas previamente estabelecidas pelas suas próprias demandas, todas essas práticas ideológicas se caracterizariam ainda por uma duplicidade e oposição – totalmente condenada a falhar – entre Natureza (factualidade) e Razão/*Sollen* (dever): o Direito se dividiria entre racionalizar o já estabelecido, os costumes, e realizar uma Essência racional; a Moral, entre corrigir o comportamento empírico dos homens "concretos" e tornar real o mundo dos sujeitos morais; a Religião, entre corrigir a superstição natural dos homens e tornar real o "povo dos Filhos de Deus"⁴. Esse conjunto de oposições entre o *factum* da Natureza e o *Sollen* da Razão, responsável por um movimento pendular (ou circular) idealista que se desdobra em outras relações – tecnocracia e humanismo ético, direita integrada e esquerda reformista, evidências empíricas e garantias especulativas – caracterizaria a reformulação constante da “comanda social”, objeto central da prática política cujo instrumento é o discurso. E o faria de um modo fundamentalmente circular, **anulando uma falha ao produzi-la** (HERBERT, 2011 [1966], p. 36).

Pêcheux ainda não havia teorizado sobre o lugar do discurso na interpelação ideológica, o que fará a partir de *Semântica e Discurso* (1975)⁵, mas é justamente aqui, em torno dessa **falha**, que podemos apreender o lugar em que se instaura, em que pega e trabalha

4 Neste artigo, Pêcheux só diz das práticas artísticas que elas “necessitam de pesquisas especializadas”, mas é interessante notar que **nesse** mesmo ano, em 1966, Althusser publicou *O conhecimento da arte e a ideologia*, **em cujo texto** defende que a arte mantém uma relação bastante específica com o conhecimento, fazendo “ver” (perceber, sentir) algo que *alude* a uma realidade, e fazendo com que esse algo se destaque de seu campo ideológico. Vemos assim como a Arte se diferencia do Direito, da Moral e da Religião no interior do esquema althusseriano.

5 **Esse** livro não surgiu “do nada”, nem é um desenvolvimento de sua tese de doutorado, publicada em 1969, e que tem o foco em um dispositivo analítico, a Análise Automática do Discurso (tal desenvolvimento se deu no mesmo ano de 1975, em parceria com a linguista Catherine Fuchs). Nos “bastidores” de *Semântica e Discurso* (Les vérités de la Palice), um livro sobre teoria do discurso, encontramos uma sólida parceria com Claudine Haroche e Paul Henry, que também se materializou num artigo de fôlego em 1971, *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*.

a dimensão circular, reduplicadora do efeito-sujeito, o sujeito enquanto evidência **sempre-já** dada, incapaz de recobrir a causa que o determina (sua determinação histórica, como no caso das demandas sociais aos cientistas) exatamente no qual o efeito de interpelação o captura:

[...] o que falta é essa causa, na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação
6
sentido/*non-sens* do sujeito dividido (PÊCHEUX, 1997 [1978], p. 300).

Em meio às retificações que promove a partir do final da década de setenta, Michel Pêcheux resistirá a falar de uma **teoria do discurso**, como um empreendimento “finalizado”, mas podemos ver em suas intervenções de todas as épocas que isso que **falha** e que se inscreve na própria ordem significante está diretamente imbricado com a “contradição de dois mundos em um só”, dialética própria da ideologia em suas divisões e contradições. O imbricamento entre ideologia e inconsciente, e sua relação fundamental com a falha do recobrimento, também é concebido por Pêcheux nos seguintes termos: “[...] o fato de que o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação [ideológica] encontra onde se agarrar, **nunca é inteiramente** recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto...” (PÊCHEUX, 1997 [1978], p. 300, com grifos do original). E assim, reencontramos, por outras vias, a reformulação constante da “comanda social” que **anula uma falha ao produzi-la**.

Retomando o artigo de 1966, Pêcheux circunscreve um fenômeno ideológico característico das ciências sociais, região sobre a qual propõe intervir por intermédio do projeto de uma ciência das ideologias. As ciências sociais teriam deixado de ser filosóficas a partir do aparecimento da experimentação, da quantificação e dos modelos, mas esses empreendimentos todos são somente técnicas e, como tal, não configuram ciências, mas apenas respostas (técnicas) a demandas sociais de adequação a um campo prático, como o uso da balança antes da física científica (era galileana). Exemplifica esse problema valendo-se da

6 Pela abordagem psicanalítica do sujeito na AD, trata-se da divisão que afeta o “eu” (*je*), anulada no imaginário por um “ego” (*moi*). A pertinência dessa divisão para uma abordagem materialista da língua e do discurso se marca no fato de que nenhuma fala é, propriamente, a fala de um indivíduo. “Todo enunciado, toda fala, é atravessada pelo já dito ou já escutado [...]. Ele [o indivíduo] é apenas o suporte de um sujeito, do qual uma parte *lhe* é invisível para sempre e que ele só pode conhecer **por meio** de uma experiência intersubjetiva, que é necessariamente uma experiência de discurso. **Isso porque** o sujeito não pode ser pensado no modelo da unidade de uma interioridade, como conexo. Ele está dividido como aquele que sonha, entre sua posição de autor do seu sonho, e de testemunha deste” (HENRY, 1992 [1977], p. 170)

Psicologia de Grupos, mostrando que o discurso dessa especialidade, "quando aplicado à organização das empresas e das administrações, à pedagogia ou à inadaptação social, trata-se, em todos os casos, de aparentemente transformar a comanda social, com o único fim de melhor cumpri-la" (HERBERT, 2011 [1966], p. 43)⁷.

Para examinar um efeito desse recalque das ciências sociais, de modo a atualizar o diagnóstico feito por Pêcheux há quase cinquenta anos, apresento uma breve análise. Em matéria recente⁸ de Fábio Bittencourt para o jornal *A Tarde*, da Bahia, após um breve gancho com a tragédia do avião *Airbus* arremessado contra os Alpes pelo seu copiloto, e na apresentação de dados impressionantes da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde sobre a dimensão demográfica do problema da depressão, a palavra é transferida a profissionais das áreas de Recursos Humanos, Psicologia e de Treinamento e Motivação Pessoal. Por causa da depressão as empresas estariam “perdendo profissionais qualificados, em especial os mais jovens, que prezam por mais liberdade de expressão e criatividade. Ninguém quer mais opressão, se sentir como no século passado”. A negação absoluta (**Ninguém quer...**) incide sobre o que não é polêmico, apresentando-se como recusa moral⁹, um performativo que ajuda a mascarar o escândalo da determinação restritiva na oração anterior, quanto aos profissionais que estariam sendo perdidos. Pode-se questionar se os trabalhadores não-qualificados são abarcados pelo pronome indefinido substantivo, e mesmo se eles são vítimas da depressão ou dela estariam livres.

Quase ao final, a matéria cita três ferramentas de gestão que “transformaram de forma radical a maneira como trabalhamos hoje”: a avaliação individual do desempenho, a exigência de “qualidade total” e a terceirização, deixando (apenas) implícita a sua relação com o quadro epidêmico de depressão associada ao trabalho, podendo, no entanto, uma tal relação ser inferida pela co-ocorrência das formulações de uma das entrevistadas, diretora da “Talento RH”:

Nos dias de hoje, os resultados são mais importantes que pessoas. Essa é uma triste realidade, mas que não deve ser subestimada. Nesses casos, o

⁷ Vemos aqui a tensão que depois (PÊCHEUX, 1997 [1975]) aparecerá sob a forma do “esquecimento número um” (enquanto *cumprimento da comanda social*, no domínio do assujeitamento, impessoal) e do “esquecimento número dois” (enquanto *transformação aparente da comanda*, no domínio do sujeito do discurso, da argumentação *etc.*).

⁸ “Depressão é a 2ª. doença que mais incapacita para o trabalho”. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/noticias/1671749>. Acesso em: 5 de abril de 2015.

⁹ Esse mesmo fenômeno foi analisado por Suzy Lagazzi no artigo “A negação no discurso político eleitoral: impossibilidade e inaceitabilidade”. A referência completa *encontra-se no* final do texto.

trabalhador deve buscar toda a ajuda possível, dentro ou fora da empresa, de preferência especializada.

A incisa final, “de preferência especializada”, tanto na dimensão vertical do interdiscurso sobre “ajuda especializada” quanto na dimensão horizontal do intradiscurso da matéria (costurada por declarações de especialistas em RH e psicologia), interdita a interpretação de que o trabalhador deva procurar o seu sindicato para lidar com o fato e as consequências de “a maneira como trabalhamos hoje” – formulação que universaliza, homogeneiza, indiferencia e naturaliza algumas das modalidades mais intensas de exploração dos trabalhadores, como a terceirização. O fechamento da matéria com o box **Como melhorar o clima no trabalho**, com quatro dicas para aperfeiçoar os processos interativos dentro da empresa¹⁰, é a cereja do bolo que nos aponta para o fenômeno de “aparentemente transformar a comanda social, com o único fim de melhor cumpri-la”. Entre corrigir o comportamento empírico dos homens concretos e tornar real o mundo dos sujeitos morais, entre a factualidade das disfunções da exploração intensificada e o dever da otimização e da transparência das relações de subordinação à “maneira como trabalhamos hoje”, alguns saberes socialmente legitimados prestam-se a servir, enquanto técnicas, para melhor contornar e cumprir a comanda social, as exterioridades que determinam as práticas e produzem os seus sintomas, não as tomando jamais em discussão.

AS CIÊNCIAS E O RECALQUE DAS INTERPRETAÇÕES

Dezessete anos após a publicação de seu primeiro artigo, Michel Pêcheux (2008 [1983]) radicaliza sua crítica às ciências que, mais do que recalcar suas demandas políticas, recalcam suas próprias interpretações e o fato de interpretarem – podemos dizer que, por essa via, recalcam a sua prática política? O filósofo francês fala de um grande número de técnicas materiais que buscam

[...] encontrar, com ou sem a ajuda das ciências da natureza, os meios de obter um resultado que tire partido da forma a mais radical possível (isto é, levando em conta a esgotabilidade da natureza¹¹) dos processos naturais, para instrumentalizá-los, dirigi-los em direção aos efeitos procurados (PÊCHEUX, 2008 [1983], p. 30).

10 Coloque-se no lugar do outro; Ouça com atenção; Tome a dianteira; Atenção com a linguagem corporal.

11 E, podemos acrescentar aqui, explorando sua ambivalência, a esgotabilidade dos recursos humanos, em referência ao que dissemos acima da comanda referente à exploração dos trabalhadores.

Acrescenta que, ao lado dessas técnicas materiais, têm-se as muitas “técnicas” de gestão social dos indivíduos, no interior de um espaço administrativo (jurídico, econômico e político) que opera sobre as **aparências** – destaco aqui o termo de Pêcheux, que também surge como “falsa aparência” e “necessidade (desejo) de aparência” – da coerção lógica disjuntiva, do **isso ou aquilo**, do **verdadeiro ou falso**. Afinal, pode-se ou não estar trabalhando e estar desempregado? Estar ao mesmo tempo casado e solteiro? Ser tanto civil como militar? Estar de licença médica e (co)pilotar um avião com 150 passageiros? Para um conjunto vasto de “especialistas e responsáveis de diversas ordens” simulam-se espaços discursivos logicamente estabilizados, organizados por disjuntivas, por meio dos quais todo sujeito falante sabe do que está falando, de modo transparente, e em que medida tais questões se apresentam como absurdas – ou **proibidas**, no caso das tecnologias de gestão administrativa ou “tecnologias sociais” (PÊCHEUX, 2008 [1983], pp. 62-63). No entanto, essa aparente homogeneidade lógica é atravessada por uma série de equívocos que “cobrem”¹² todos esses domínios das ciências exatas, das tecnologias e das administrações (PÊCHEUX, 2008 [1983], pp. 31-32).

Pêcheux tem o cuidado de mostrar que esses espaços discursivos logicamente estabilizados não são impostos do exterior – “apenas pelo poder dos cientistas, dos especialistas e responsáveis administrativos” – como coerções aos sujeitos pragmáticos (cada um de nós face às diversas urgências da vida). Trata-se mesmo de uma demanda, uma necessidade universal em torno de um “mundo semanticamente normal” (normatizado)¹³, o que não implica de modo algum em desconsiderar a sua relação umbilical com o Estado. É o caso de, seguindo as contribuições teóricas de Gramsci e Althusser (e de Foucault), considerar a presença invisível e positiva do Estado (e dos “poderes”) no cotidiano:

[...] esta necessidade de fronteiras coincide com a construção de laços de dependência face às múltiplas coisas-a-saber, consideradas como reservas de conhecimento acumuladas, máquinas-de-saber contra as ameaças de toda espécie: o Estado e as instituições funcionam o mais frequentemente – pelo menos em nossa sociedade – como polos privilegiados de resposta a esta necessidade ou a essa demanda (PÊCHEUX, 2008 [1983], p. 34).

¹² Ou **suturam**? Ou anulam uma falha, ao produzi-la?

¹³ Será o caso de se trazer aqui a figura da Ideologia em Althusser, com “i” maiúsculo?

De que modo as ciências sociais – mesmo aquelas ausentes da estante de livros do escritório da Talento RH – simulam a homogeneidade lógica que recalca a injunção à interpretação e à prática política? De que modo as análises estruturais e estruturalizantes, que vislumbram uma estabilidade discursiva própria das ciências da natureza e não se reconhecem por nada nas administrações, também cedem às circularidades? Já no texto de sua tese de terceiro ciclo (equivalente no Brasil ao doutorado), *Análise Automática do Discurso*, Michel Pêcheux (1997 [1969], pp. 66-69) estabelece uma distinção entre os espaços de análise documental-institucional (de textos jurídicos e científicos, por exemplo) e os espaços de análise não-institucional. Mostra que, no caso da análise documental, as classes de equivalência são definidas *a priori* pela própria norma institucional, enquanto que, na análise não-institucional, ao menos naquela pela qual o estruturalismo pretendia analisar um mito, pressupunha-se uma harmonia entre o produtor do mito e o seu analista¹⁴ (análoga à harmonia pressuposta entre o gramático e o falante de um língua) – e temos assim duas vias distintas que conduzem ao problema da circularidade, da reduplicação das interpretações: uma objetivista, institucional e técnica; outra subjetivista, cultural e erudita.

Essa mesma distinção entre espaços diferenciais de análise (com seus respectivos vícios e circularidades: pesquisador-instituição; pesquisador-objeto) aparecerá no par cultura científica/cultura literária em *Ler o Arquivo hoje* (PÊCHEUX, 2010 [1982]). A primeira cultura, ou tradição, é apresentada como “esse enorme trabalho anônimo, fastidioso, mas necessário, através do qual os aparelhos do poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva” – e, podemos acrescentar, para além da gestão da memória, a atualização das máquinas-de-saber dos espaços administrativos e tecnológicos. É claro que aí existe leitura e interpretação, mas sob as exigências de um “apagamento de si na prática silenciosa de uma leitura consagrada ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa” (PÊCHEUX, 2010 [1982], p. 52). Vemos assim que isso que Pêcheux designa por **cultura científica** não se restringe, de modo algum, à cultura dos cientistas.

Ao apresentar a **cultura literária** – dos historiadores, filósofos, escritores etc., dados a leituras “singulares” e “solitárias” – Pêcheux retoma um tema que havia explorado em 1966, a **divisão social do trabalho de leitura** – antes designado apenas como **divisão social do trabalho intelectual**, e agora incorporando este. E sublinha o caráter de dominação política dessa divisão: a alguns é dado o direito de produzir leituras originais, “interpretações”,

¹⁴ Aqui Pêcheux (1997 [1969], p. 67) cita o próprio Lévi-Strauss em sua ambição de “querer imitar o movimento espontâneo do pensamento mítico”.

enquanto a outros, resta a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, mediante gestos anônimos de tratamento “literal” dos documentos, as ditas “interpretações” (PÊCHEUX, 2010 [1982], p. 52-53).

Como teórico comunista¹⁵, Pêcheux criticava, por meio das práticas de leitura de literatos-gestores e cientistas-gerentes, a própria divisão social do trabalho em uma sociedade de classes. Obviamente tem-se aí também um modo próprio de pensar e fazer ciência, qual seja de modo crítico, transdisciplinar, coletivo e responsável. Como afirma o seu parceiro intelectual e amigo Paul Henry, em referência aos textos publicados por Pêcheux na década de sessenta, havia “uma estratégia cuidadosamente deliberada” naqueles textos, para poder falar diferentemente a filósofos e a especialistas das ciências sociais:

Pêcheux é consciente da divisão e da especialização do trabalho intelectual (ao mesmo tempo em que a deplora); ele sabe que um filósofo não é um psicólogo experimentalista e que, inversamente, um psicólogo experimentalista também não é um filósofo. Daí sua estratégia (HENRY, 1990, pp. 19-20).

Uma estratégia, acrescento, que jamais se prestou a promover ecletismos, bricolagens teóricas ou comunidades de pesquisadores que, harmoniosamente, se complementariam uns aos outros. Na sua grande obra teórica, *Semântica e Discurso*, Pêcheux logo no início apresenta a necessidade de “colocar em presença a Linguística e a Filosofia, a falar de Linguística e de Filosofia, a falar de Linguística em Filosofia e de Filosofia em Linguística”, visando falar para linguistas e filósofos, em prioridade, e para isso promovendo desvios para que uns se habituassem com os outros (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 21). E no texto de 1982, em que aborda as duas grandes tradições de leitura, a dos literatos e a dos cientistas, Pêcheux novamente se dirige de forma explícita aos dois campos, falando no **entremeio** de ambos, reivindicando o fim do “divórcio cultural” que favorecia a exploração política de ambos, propondo que se pusesse em questão a **leitura do arquivo**:

É, em particular, dizer aos “literatos”: vocês acreditam poder ficar assim à distância da adversidade que ameaça historicamente a memória e o pensamento? Acreditam poder ficar tanto tempo ainda protegidos, na casa do seu mundo de arquivo particular?

¹⁵ Em meio a muitos outros, como Jean Dubois, Françoise Gadet, Michel Plon, Paul Henry, Régine Robin, Jacques Guilhaumou, Denise Maldidier, Jean-Baptiste Macellesi, Jean-Claude Gardin, Louis Guespin, Jean-Claude Milner,...

E é também dizer aos “cientistas”: vocês, a quem chamam de fabricantes-utilizadores de instrumentos, vocês acreditam poder ainda por muito tempo escapar à questão de saber para que vocês servem e quem os utiliza? (PÊCHEUX, 2010 [1982], p. 56).

E reencontramos assim as críticas iniciadas em 1969 e desenvolvidas anos a fio, da leitura subjetivista e da leitura objetivista, daquela que supostamente atravessa a materialidade do texto, tomada como linguisticamente transparente, e da outra que trata a língua como uma materialidade qualquer, denegando-a por meio das ilusões de uma metalinguagem universal (PÊCHEUX, 2010 [1982], pp. 56-57). Essa divisão foi apresentada por Pêcheux de diversas formas – como, por exemplo, a divisão que se estabelece entre a retórica e a lógica (PÊCHEUX, 1997 [1975]) –, ao passo que lhe coube teorizar insistentemente sobre o lugar fundamental e constitutivo da língua no seu funcionamento, e, mais especificamente, sobre as “condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos,...) em uma conjuntura histórica dada” (PÊCHEUX, 2011 [1984], pp. 151-152). Olhem com seriedade para a língua e para a história, alerta Michel Pêcheux. Mas olhem conjuntamente, já que apenas um olhar para um ou para outro não nos livrará dos recalques, das circularidades e dos narcisismos teóricos, e nesse momento ele dirige o apelo para o seu próprio quintal:

Compreendida entre o real da língua e o real da história, a Análise do Discurso não pode ceder nem para um, nem para o outro sem cair imediatamente na pior das complacências narcísicas.

Seria estranho que os analistas do discurso fossem os últimos a saber da conjunção existente entre a cegueira quanto à história e a surdez quanto à língua que diz respeito a seus objetos e a suas práticas (PÊCHEUX, 2009 [1981], p. 26).

O espaço em que as ciências se desenvolvem não está acima das demandas/comandas sociopolíticas e nem livre da “contaminação” pela matéria e da injunção à interpretação. Não há trabalho científico alheio às coisas-a-saber que, insidiosamente ou não, buscam inscrever e delimitar as suas práticas e descobertas nos espaços e propósitos de gestão-controle administrativo. Daí a importância de não se recalcar, enquanto fonte de absurdos ou proibições, a memória e seus preenchimentos/capturas na forma de interdiscurso, entendido enquanto “corpus sócio-histórico de traços discursivos” (PÊCHEUX, 2011 [1982]), o que imediatamente e conjuntamente nos conduz para a ordem equívoca da língua, que permite tais inscrições (reinscrições) de memória de modo opaco.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 [1970].
- _____. *O futuro dura muito tempo: os fatos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- GUILHAUMOU, Jacques e MALDIDIER, Denise. Análise do discurso na França: a configuração metodológica inicial. Tradução de Carlos Piovezani e Vanice Sargentini. In: PIOVEZANI & SARGENTINI (orgs.) *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011 [1984], pp. 95-98.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Tradução de Maria Fausta P. de Castro. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992 [1977].
- _____. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). Tradução de Bethania Mariani. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1990, pp. 13-38.
- HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. Tradução de Mariza Vieira da Silva e Laura Parisi. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso – Michel Pêcheux*. Textos selecionados por Eni Orlandi. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1966], pp. 21-54.
- LAGAZZI, Suzy. A negação no discurso político eleitoral: impossibilidade e inaceitabilidade. In: INDURSKY & LEANDRO FERREIRA (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, pp. 122-130.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1993 [1846].
- ORLANDI, Eni. *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- _____. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. Tradução de Eni P. Orlandi. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, [1969] 1997, pp. 61-161.
- _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997 [1975].
- _____. Remontemos de Foucault a Spinoza. In: TOLEDO, Monforte (org.). *El discurso político*. México: Nueva Imagen, 1980, p. 181-200. Tradução de Mª do Rosário Gregolin. Xerox. 1977
- _____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. Tradução de Eni Orlandi [et al.]. In: *Semântica e Discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997 [1978], pp. 293-307.
- _____. O estranho espelho da Análise do Discurso (Prefácio). COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009 [1981], pp. 21-26.

- _____. Ler o arquivo hoje. Tradução de Maria das Graças L. M. do Amaral. In: ORLANDI, Eni. (org.) *Gestos de leitura na história do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010 [1982].
- _____. Leitura e Memória: projeto de pesquisa. Tradução de Tania Conceição Clemente de Souza. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso – Michel Pêcheux*. Textos selecionados por Eni Orlandi. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1982], pp. 141-150.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. 5ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2008 [1983].
- _____. Metáfora e Interdiscurso. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso – Michel Pêcheux*. Textos selecionados por Eni Orlandi. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1984], pp. 151-161.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra R. G. Almeida, Marcos P. Feitosa e André P. Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010 [1985].

Recebido em: 15 de junho de 2015.

Aceito em: 25 de julho de 2015.